

**RESISTÊNCIA
DESCOLONIAL:
ESTRATÉGIAS E TÁTICAS
TERRITORIAIS**

*DECOLONIAL RESISTANCE:
STRATEGIES AND TACTICS
TERRITORIAL*

*RESISTENCIA DESCOLONIAL:
ESTRATEGIAS Y TÁCTICAS
TERRITORIALES*

EDIR PEREIRA

Professor adjunto da Universidade Federal do Pará (Campus Universitário do Tocantins/Cametá). Mestre e doutor em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Desenvolve pesquisa na área de estudos da Amazônia em comunidades ribeirinhas. Coordena o Grupo de Estudo em Cultura, Território e Resistência da Amazônia Tocantina (SÍTIO). E-mail: edirgeo@gmail.com

* Artigo publicado em março de 2017.

Resumo: Neste artigo, analisamos as formas cotidianas de resistência que têm por base a construção de estratégias territoriais. Estabelecendo um diálogo entre o conceito de resistência e de territorialidade e a perspectiva da colonialidade do poder, buscamos compreender, a partir de várias leituras, como as estratégias territoriais de resistência de grupos sociais subalternizados podem ser compreendidas como ações, estratégicas e táticas territoriais de resistência descolonial.

Palavras-chaves: resistência, estratégia, tática, território, descolonialidade.

Abstract: This article analyzes the everyday forms of resistance which is based on the construction of territorial strategies. Establishing a dialogue between the concept of resistance and territoriality and the perspective of the coloniality of power, seek to understand from various readings, as the territorial strategies of resistance subordinate social groups can be understood as territorial actions, strategic and tactical of decolonial resistance .

Keywords: resistance strategy, tactics, territory, descoloniality.

Resumen: Este artículo analiza las formas cotidianas de resistencia que se basa en la construcción de estrategias territoriales. El establecimiento de un diálogo entre el concepto de resistencia y la territorialidad y la perspectiva de la colonialidad del poder, buscan entender de varias lecturas, como las estrategias territoriales de resistencia a los grupos sociales subordinados pueden ser entendidas como acciones, estratégicas y tácticas territoriales de resistencia descolonial.

Palabras clave: resistencia, estrategia, tática, territorio, descolonialidad.

DESLOCAR, DESVIAR, CURVAR E DOBRAR

A ordem do dia é resistir. No mundo atual, para muitos, não resta alternativa senão resistir. Resistir tornou-se, há muito tempo, uma prática cotidiana de agentes em posição desprivilegiada nos vários campos das relações de poder – os “condenados da terra” (FANON, 2005) –,¹ cuja única ou maior herança tem sido a memória das lutas históricas de resistência. O único produto dessas lutas, ou pelo menos seu resultado mais tangível, tem sido essas memórias de lutas de resistência: “mesmo as revoltas que fracassaram podem representar algum ganho (...) pelo menos, uma memória da resistência e da coragem que pode servir para o futuro” (SCOTT, 2002, p. 11).² No entanto, “as lutas do passado podem fornecer exemplos importantes, mas as novas dimensões do poder requerem novas dimensões de resistência” (HARDT e NEGRI, 2004, p. 118).

Resistir é desviar(-se) para não ter que se chocar sempre contra um poder, uma força maior.³ Resistir é dobrar(-se),⁴ mas nem por isso se deixar subjugar totalmente. Resistir é curvar(-se) de tal forma que as linhas de força não se imponham, ainda que sejam mínimas curvaturas. Resistir é deslocar(-se) de tal modo que se possa fugir, criar linhas de fuga (DELEUZE e GUATTARI, 1995), ocupar outros lugares, reposicionar-se. Toda forma de resistência implica em alguma forma de deslocamento, desvio,

¹ Importa lembrar, como Mignolo (2006, p. 4), que os *damnés de la terre* são uma categoria que (re-) colocam e regionalizam categorias forjadas em outras experiências históricas, como a categoria de subalternos e subalternidade.

² Aldir Blanc e João Bosco, na música “Mestre-sala dos mares”, expressam bem essa memória de luta: “Glória a todas as lutas inglórias/ Que através da nossa história/ Não esquecemos jamais.”

³ Para Roque (2002), Foucault estava justamente interessado em compreender a resistência não como uma contra-efetuação ao poder, uma reação dentro de um campo de relações de forças, resistindo sempre contra algo.

⁴ “Ultrapassar as linhas de força já dadas (o poder) e dobrar a força, duplicá-la, fazendo-a incidir sobre si mesma e não mais sobre outras forças. Esta dobra nos permite resistir, desertar, antepor ao poder a vida e a morte” (ROQUE, 2002, p. 62).

curvatura e dobra, por mais sutis ou insignificantes que pareçam nas relações de poder. Nem sempre a resistência necessita fazer alarde, barulho, ganhar relevo, tornar-se explícita, criar grandes agitações e abalos sísmicos. As resistências cotidianas são silenciosas e tenazes (SCOTT, 2002; 2004; 2011).

De várias formas podemos encontrar a resistência, no mundo atual. Várias formas de resistência são praticadas por grupos sociais subalternizados. Muitas vezes, estas envolvem estratégias e táticas (CERTEAU, 2014) que são territoriais. Em grande parte, territorializar-se, desterritorializar-se e reterritorializar-se, ainda que com deslocamentos mínimos ou sem deslocamentos aparentes, são práticas socioespaciais de resistência (SOUZA, 2013) de grupos sociais subalternizados constituídos na “ferida colonial” (MIGNOLO, 2003). A resistência *constitui-se em* e *constitui* territórios e territorialidades. A resistência se espacializa (PILE, 1997; OSLENDER, 2002), se territorializa, ainda que seja uma “territorialização precária” ou uma forma de escapar da “precarização territorial” (HAESBAERT, 2004), como tem sido para a maior parte da população do mundo moderno-colonial.

Deslocamentos territoriais, desvios de padrões ou formas de controle e precarização territorial, curvaturas nas forças dominantes de des-re-territorialização capitalista e estatal moderno-coloniais e dobraduras nos espaços homogeneizados e fragmentados tornam-se, quase sempre, estratégias e táticas de resistência eficazes (CERTEAU, 2014), ainda que temporárias, a partir da micropolítica ou ações e gestos moleculares de grupos sociais subalternizados. Quem resiste constrói um território de resistência. Resistir não é se fechar num território ou, a todo custo, tentar proteger um território apropriado e/ou próprio. Pelo contrário, resistir envolve, atualmente, acionar e acessar territórios múltiplos. A resistência joga com estratégias e táticas de multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004; 2009).

Em contextos pós-coloniais, de sociedades que foram colonizadas, não apenas em territórios de ex-colônias, mas também nos territórios das antigas metrópoles, resistir apresentar-se como descolonizar. A resistência no mundo moderno-colonial, cuja matriz de poder é a colonialidade (QUIJANO, 2010; MIGNOLO, 2010), desloca, dobra, curva e desvia-se na direção de um giro descolonial (CASTRO-GÓMEZ e GROSGUÉL, 2007; MIGNOLO, 2010; GROSGUÉL e MIGNOLO, 2008; MALDONATO-TORRES, 2008) político, epistêmico, histórico, geográfico etc. As práticas cotidianas de resistência de grupos subalternizados, historicamente, vêm alimentando, desde a constituição do sistema-mundo moderno-colonial, imaginários descoloniais, práticas descoloniais e “atitudes descoloniais” (MALDONADO-TORRES, 2006), formando o arquivo, o leque, o repertório, a arena, agenda e agência da “opção descolonial” (MIGNOLO, 2008). A resistência subalterna aponta para a construção de novos “horizontes de sentidos” descoloniais (QUIJANO, 2013).

Resistir e r-existir

O conceito de resistência é paradoxal, ambíguo e ambivalente, como os próprios atos, gestos, movimentos, fenômenos, insígnias, imagens, figuras e práticas de resistência. Esta rubrica paradoxal na qual se inscreve a resistência tem a ver com sua posição em relação ao poder, do qual é, sem dúvida, inseparável. As duas citações a seguir o demonstram:

(...) não há relações de poder sem resistências (...) estas são tão mais reais e eficazes, quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é a compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais (FOUCAULT, 2012: 244).

A resistência pratica uma política dupla porque, nem primeira nem segunda em relação ao poder ao qual ela resiste, mas contemporânea e duplo deste, ela o acompanha continuamente. Ao mesmo tempo em que ela resiste de dentro às “linhas duras” da história, ela faz surgir um “fora” que contamina, enxerta e desloca o “dentro”. Nem no meio, nem ao lado, a resistência dubla, dá meia volta e se reencontra ironicamente diante de seu adversário (PROUST 1998 apud Roque, 2002: 68).

A resistência mantém uma relação tensa, ambígua e problemática com o poder. Não há poder sem resistência. Por isso, a resistência não vem antes nem depois do poder:⁵ é sua contemporânea; não é anterior, não está fora nem dentro do poder, mas faz surgir um fora que contamina, enxerta e desloca o dentro. A pergunta a ser colocada é: como a resistência pode assumir esse duplo sentido, aparentemente contraditório, em relação ao poder?

Uma possível resposta a essa questão podemos encontrar na diferença entre reação e resistência, ou no que Roque (2002) assinalou como uma falsa oposição entre “resistência passiva” e “resistência ativa”. Roque (2002, p. 66) observou que, por exemplo, “o capitalismo extrai sua vitalidade da resistência”, e que, nesse sentido, se pode dizer então que “a resistência é primeira em relação ao poder”. Mas é verdade também que a resistência, pouco a pouco, insidiosamente, em surdina, subterrânea e clandestinamente, contamina as forças do capitalismo ou as impele a se dobrarem e curvarem em direções não pretendidas e previstas. Por isso, é simultânea e dupla ao poder.

Assim, não se trata de colocar uma “resistência afirmativa” no lugar de uma “resistência que nega”, ou uma resistência ativa em contraposição a uma resistência passiva. Estas são duas faces de um mesmo processo.

Um mesmo processo de resistência, que em sua efetuação, se opõe, luta, contesta, deserta, bate em retirada, se movimenta

⁵ Em outro contexto, Foucault (apud Sobral, 2002, p. 28) afirmou que “a resistência vem, pois, em primeiro lugar, e ela é superior a todas as forças do processo; ela obriga, sob seu efeito, as relações de poder a mudarem. Eu considero, pois, que o termo “resistência” é a palavra mais importante, a palavra-chave dessa dinâmica”.

em êxodo, mas não pára de se mover e de continuar parado, não por ineficiência, mas porque avança construindo uma linha, ao mesmo tempo móvel e imóvel (ROQUE, 2002: 66).

A linha da resistência se move e permanece parada, se opõe (contra) e segue paralela às linhas de força constituídas. Scott (2002) mostrou muito bem esta relação entre resistência passiva e resistência ativa relativa aos camponeses. Desse modo, a resistência não é mera reação, nem uma questão de vontades individual e coletiva.⁶ Já que se trata justamente de pôr em xeque essa noção moderna-ocidental do sujeito que resiste, trata-se de pensar no seu lugar no processo de subjetivação, e não num sujeito já constituído, que, consciente e/ou inconscientemente, racional e/ou emocionalmente, individual e/ou coletivamente resiste, assume o lugar privilegiado da resistência. Trata-se da dobra, do duplo, da duplicação da força.

Trata-se de movimentos de resistência que se instalam no e instauram o devir: “O devir é a expressão da força de resistência, na mesma medida em que a luta e a deserção são experiências de resistência a uma situação” (ROQUE, 2002, p. 67). Como afirmou Scott (2002, p. 12), “a deserção têm sido uma estratégia de resistência popular”, se mostrando muito importante e eficaz em momentos de crise e mudanças sociais expressivas. Para Negri e Hardt (2004), três conceitos ilustram as lutas de resistência: a deserção, o êxodo e o nomadismo – sendo que a resistência nasce da deserção: “a deserção significa abandono, fuga, esta teria como primeiro movimento a recusa a uma forma de vida, no caso, ao modelo de vida gerado pelo capital” (SOBRAL, 2002, p. 32).

A resistência como “resistir a algo ou a alguém” (como uma “luta contra”) é sempre uma luta situada, resistência a uma dada situação. Estas lutas de resistência situacionais a situações

⁶ São sérios “os problemas conceituais que enfrentamos em compreender a resistência”, pois: 1) não há nenhuma exigência de que a resistência assuma a forma de ação coletiva; e 2) muitos atos intencionais de resistência podem suscitar e produzir consequências inteiramente imprevisíveis (SCOTT, 2002, p. 24).

determinadas (geralmente de dominação, opressão, violência, exploração, subjugação etc.) se manifestam em três sentidos, segundo Foucault (1995, p. 235), e configuram três tipos de lutas “contra” as formas de poder: lutas contra *formas de dominação*, lutas contra *formas de exploração* e lutas contra *formas de sujeição*. E Foucault (1995, p. 236) apontou que, na sociedade ocidental, “atualmente, a luta contra as formas de sujeição – contra a submissão da subjetividade – está se tornando cada vez mais importante, a despeito de as lutas contra as formas de dominação e exploração não terem desaparecido”.

Foucault defendeu que as lutas de resistência não se fazem contra o poder, pois

(...) por um lado, essas relações de poder se inscreveram no interior de lutas que são, por exemplo, lutas econômicas ou religiosas. Portanto, não é fundamentalmente contra o poder que as lutas nascem. Mas, por outro lado, as relações de poder abrem um espaço no seio do qual as lutas se desenvolvem (FOUCAULT, 2012: 271).

A resistência tem esse duplo aspecto, pois as relações de poder nascem no interior de lutas sociais, ao mesmo tempo em que abrem espaço para o desenvolvimento destas.

Entendemos que resistência não é uma mera reação:⁷ “Ainda que o emprego da palavra sugira o contrário – que a resistência é uma resposta ou reação –, *a resistência é primordial em matéria de poder*” (HARDT e NEGRI, 2004, p. 98, grifo nosso). Se compreendida como uma ação que responde de forma contrária à outra ação, negando-a, esvaziamos o sentido que a resistência possui como uma dobra e redobra, duplicação da força e expressão do devir. Pois o poder também resiste. A resistência como reação é a resistência própria dos que dominam, do poder mesmo: “É verdade que o poder resiste, mas o poder resiste com o *re* de reação, pois o poder é sempre força reativa, não possui potência em si e, por isso, precisa extrair sua vitalidade da negação de alguma

⁷ Matteucci (2000) considerou que, do ponto de vista lexical, resistência é mais uma reação do que uma ação, é mais uma defesa do que uma ofensiva e é mais uma oposição que uma revolução.

outra força” (ROQUE, 2002, p. 67). Esta força, evidentemente, é a resistência.

Arendt (2005) explicou que, sob certa perspectiva, a reação é, ao mesmo tempo, uma resposta a uma ação e uma nova ação:

Como a ação atua sobre seres que são capazes de realizar suas próprias ações, a reação, além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação que segue seu curso próprio e afeta os outros. Assim, a ação e a reação entre os homens jamais se passam em um circuito fechado, e jamais podem ser restringidas de modo confiável a dois parceiros (ARENDR, 2005: 238).

A reação é uma resposta à ação de um outro, e, ao mesmo tempo, é uma nova ação em relação à ação de outros (sempre no plural). Ou seja, é como aqueles que agem recebem e interpretam a ação de outros, como uma reação à sua ação, ainda que estes outros que “reagem”, de fato, realizem uma ação e não simplesmente uma reação. A resistência não é uma reação à ação de um outro simplesmente, mas uma qualidade da relação entre os seres humanos, de um modo geral, pois “a ação sempre estabelece relações, e tem, portanto, a tendência inerente de romper todos os limites e transpor todas as fronteiras” (ARENDR, 2005, p. 238). É essa tendência da ação que torna a resistência muito mais que uma simples reação, como resposta à ação de outro – mas uma nova ação, com curso próprio e possibilidade de afetar a ação de outros.

Se o poder é uma ação sobre a ação (FOUCAULT, 1995), a resistência pode se dar sem ação (explícita, diretamente, estratégica). Por isso, Roque (2002) afirmou que a resistência constrói uma linha, ao mesmo tempo, móvel e imóvel, que não para de se mover e de continuar parada. Porque não é meramente reação, mas recorte ou re-dobra do virtual (que é bem diferente do

possível),⁸ a resistência dobra o “fora” em um “dentro” e o “dentro” em um “fora”, como explicou Proust. Ao se referir à descolonialidade, Wash (2010, p. 221) enfatizou os “pensamentos, prácticas y experiencias que tanto en el pasado como en el presente, se han esforzado por desafiar la matriz colonial de poder y dominación, por existir a pesar de ella, en sus afueras y hasta en su interior”. A resistência colonial, como r-existência (GROSGOUEL e MIGNOLO, 2008; MIGNOLO, 2008), encontra-se no interior e, ao mesmo tempo, fora da matriz colonial de poder da modernidade.

Resistimos dentro do sistema capitalista, dentro do mundo moderno-colonial, mas, ao resistirmos, criamos ou possibilitamos que algo que não seja próprio do capitalismo⁹ e do sistema-mundo moderno-colonial possa ser criado, possa vir a existir, devido r-existir (PORTO-GONÇALVES, 2006); um devir que nem mesmo pode ser atualmente tido como possível, como uma possibilidade, mas é tão somente e principalmente uma virtualidade.

Por isso, a resistência não se reduz a lutar contra, a confrontações diretas ou explícitas (SCOTT, 2002). Não se esgota nas lutas contra o capitalismo, a modernidade, a colonialidade.¹⁰ Na verdade, a resistência é, como afirmou Proust, contemporânea ao poder e o seu duplo (ou, melhor dizendo, constitutiva do poder). Assim, “se é verdade que no centro de relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma “insubmissão” e liberdade essencialmente renitentes, *não há relação de poder sem resistência*, sem escapatória ou fuga, sem invenção eventual” (FOUCAULT, 1995, p. 248, grifo nosso), ou, pelo menos, tentativas

⁸ “Por virtual entendemos o conjunto de poderes para agir (ser, amar, transformar, criar) que reside [e r-existe] na multidão (NEGRI e HARDT, 2001, p. 379) ou nos condenados da terra (FANON, 2005).

⁹ A resistência é a arte da fissura, como propôs Holloway (2013). Trata-se de táticas que, por dentro do capitalismo e da modernidade/colonialidade, criam, provocam e expandem fissuras.

¹⁰ “Admitamos que há resistência do lado do poder (e contra ele), e há resistência do lado da potência, mas o que é ainda mais forte e surpreende é saber que a resistência está mais próxima do poder do que se imagina” (ROQUE, 2002, p. 67).

(efetivas ou não) de fuga e de criação de formas alternativas de vida, de pensamento, de ação etc.

Arendt (2005, p. 250), que muito escreveu sobre o poder, mas pouco sobre a resistência, entendia que a perda da capacidade de resistir era uma perda de poder, pois “o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam”. Assim, a resistência pode gerar poder, como quando, por exemplo, numa revolta popular contra governantes fortes, ainda que renuncie à violência em face das forças superiores destes. Mesmo sem confrontar diretamente o poder, a resistência é um modo de ação, ainda que pareça passiva. Portanto, “dar a isso o nome de “resistência passiva” é, sem dúvida, uma ironia, pois se trata de um dos mais ativos e eficazes modos de ação já concebidos, uma vez que não se lhe pode opor um combate que termine em vitória ou derrota (...)” (ARENDR, 2005, p. 250).

Nem sempre a resistência é ou precisa ser ativa e violenta. Pelo contrário, formas passivas e não violentas de resistência, geralmente, são muito mais eficazes. Não devemos confundir a resistência com a reação violenta, ou uma forma de reação que apela sempre, faz uso ou recorre à violência. Nem mesmo como um embate, um confronto, uma luta.¹¹ Não significa que a resistência não possa se manifestar como violência ou recorrer tática e circunstancialmente à violência, sobretudo quando a resistência se dá em situações de luta contra formas de violência. Mas não pode haver resistência baseada unicamente na violência, que busque alcançar objetivos por meio da violência: “Ao longo da modernidade, e ainda hoje, os movimentos de resistência têm se

¹¹ A luta de resistência deve ser entendida como uma forma de “luta política”, e a forma geral e concreta desta luta não é a contradição, mas o antagonismo (FOUCAULT, 2012). Trata-se de “lutas específicas que não se congregam num modelo único, sua qualidade não poderia ser medida em seu poder de articulação internacional e em sua longevidade, nem no seu alcance territorial. Lutas imediatas cujas raízes não se encontram porque estão em um solo movediço” (SOBRAL, 2002, p. 29).

defrontado com a guerra e a violência que ela impõe, às vezes através de meios violentos, às vezes sem eles” (HARDT e NEGRI, 2004, p. 102). A violência tende a minar as forças da resistência, corroendo seus pilares mais que quaisquer formas de domesticação ou neutralização da resistência. A violência não pode ser o instrumento da resistência, pelo contrário: a violência é a deturpação, a degradação, a desintegração ou a perversão da resistência, como o é do poder (ARENDDT, 2005; 2010).

Em suas formas cotidianas, a resistência se distancia e distingue tão mais da violência, recorrendo menos às táticas de enfrentamento direto ou desobediência explícita, e mais a pequenas fugas, desvios, deserções, ironias, recusas parciais, conformação simulada etc. (SCOTT, 2002). A resistência pode ser situada analiticamente *entre* o poder e a violência, posição bastante complexa quando se trata de considerar as formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2011).

A distinção e a relação estabelecidas por Arendt (2005; 2010) entre o poder e a violência são fundamentais para compreendermos a resistência como esse termo intermediário, melhor dizendo, um terceiro termo constitutivo da política. A resistência não violenta é, geralmente, caracterizada por formas cotidianas de resistência (como, por exemplo, a *r-existência*), mas também estratégias mais elaboradas e duradouras de resistência combinam ações violentas e não violentas. Na relação entre poder e resistência é que emerge a violência, seja como um meio do governo de “conservar intacta a estrutura do poder”, seja como uma forma de a desobediência civil “reequilibrar as balanças da justiça” (ARENDDT, 2010).

Portanto, para Arendt (2005), a resistência era uma virtude que conservava o poder ou potencialmente gerava um novo poder: “(...) perdemos a faculdade de sofrer e com ela a virtude da resistência. Só quem é capaz de padecer a paixão de viver sob as condições do deserto pode reunir em si mesmo a coragem que está

na base da ação, a coragem de se tornar um ser ativo” (ARENDR, 2009, p. 267).

A resistência está na coragem e mesmo na audácia de agir daqueles que abandonam seu esconderijo privado e se mostram em público, dos que são capazes de sofrer a paixão de viver sob as condições de deserto (ou de ausência-de-mundo), o que, para Arendt (2005, p. 233), significava a perda de mundo humano, ou seja, da pluralidade humana que é a condição do poder.

Se considerarmos as modalidades “veladas” de resistência, em suas formas cotidianas (SCOTT, 2004; 2011), resistência é mais que uma simples reação ao poder: é r-existência: “o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente à ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 47). Esta r-existência¹² é luta por “uma determinada forma de *existência*, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar” (PORTO-GONÇALVES, 2010, p. 130, grifo nosso) – ou o que Scott (2004; 2011) tem chamado de “resistência cotidiana”, que se apresenta de várias formas, não necessariamente por meio de lutas, confrontos diretos, rebeliões ou revoltas.

Scott (2002), ao analisar as formas cotidianas de resistência camponesa, nos possibilitou compreender certas táticas não organizadas (nem sempre intencionais e coletivas) que constituem as práticas de grupos sociais subalternizados no enfrentamento a grupos sociais dominantes, na tentativa de se desprenderem de relações sociais de opressão, exploração e sujeição. Estas práticas de resistência, por serem mais constantes que os momentos de explosão de rebeliões coletivas, são muito mais importantes para as classes subordinadas:

¹² Grosfoguel e Mignolo (2008) e também Mignolo (2008) atribuíram ao pensador, artista e ativista colombiano Adolfo Achinte Albán (2007) o conceito de r-existência, distinguindo-o de resistência. Utilizamos a grafia r-existência, seguindo a forma e o sentido estabelecidos por Porto-Gonçalves (2006; 2001; 2004).

As pequenas rebeliões podem ter uma importância simbólica por sua violência e pelos seus objetivos revolucionários, mas, para a maioria das classes historicamente subordinadas, tais episódios raros foram mais momentâneos do que as silenciosas guerrilhas que têm lugar no cotidiano de várias populações (SCOTT, 2002: 11).

Essas formas cotidianas de resistência camponesa constituem “a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros” (SCOTT, 2002, p. 11). Apesar de Scott (2002) parecer colocar essa resistência como uma “luta contra”, uma luta entre classes ou grupos sociais em relações de poder assimétricas, muitas dessas resistências cotidianas não constituem necessariamente uma luta entre pessoas (pois não envolvem nenhuma ação, resposta, enfrentamento), mas táticas de *enfrentamento de mudanças*¹³ e tentativas de *desprendimento de relações* de subordinação mais intensas, locais, específicas. Assim, trata-se de uma forma de resistência “passiva”. De fato, “em algumas ocasiões, essa resistência tem se tornado ativa e até mesmo violenta. A regra geral, porém, é a forma de resistência passiva, expressa através de sabotagens sutis, de não participação, de evasão e de engano” (SCOTT, 2002, p. 12).

Por isso, tais táticas camponesas de resistência, geralmente, constituem-se em: “fazer ‘corpo mole’, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza” (SCOTT, 2002, p. 12). Estes tipos de táticas “requerem

¹³ A resistência cotidiana não é uma forma de resistência às mudanças e a momentos de crise: “Alguns tipos de mudanças, quando algumas variáveis permanecem iguais, são mais explosivos que outros – são mais susceptíveis de provocar enfrentamentos abertos e coletivos. Nessa categoria, podemos colocar aquelas mudanças massivas e repentinas que destroem, decisivamente, quase todas as rotinas da vida cotidiana e, simultaneamente, ameaçam a sobrevivência da maioria da população (SCOTT, 2002, p. 16). No entanto, “essas formas de resistência são estratégias cotidianas permanentes das classes rurais subordinadas que vivem em difíceis condições. Em tempos de crise ou momentos de mudança política, podem ser complementadas por outras formas de luta que são mais oportunas. Entretanto, elas não desaparecerão enquanto a estrutura rural social se mantiver exploradora e desigual” (SCOTT, 2002, p. 24).

pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite” (p. 12). Mas Scott (2002) nos alertou para não idealizarmos essas armas dos fracos: “Elas provavelmente não poderão fazer mais do que afetar lateralmente as várias formas de exploração que os camponeses enfrentam” (p. 12).

Para muitos, socialmente, a resistência só toma densidade quando se converte em um “projeto global”, ou seja, quando os sujeitos da resistência visam a constituir um poder legítimo ou uma nova ordem social. Mas não é próprio de toda forma de resistência se converter ou apontar para a construção de um projeto político explícito ou claramente formulado e partilhado por um grupo. Por isso, Zibechi (2007), ao analisar os novos movimentos sociais da América Latina, observou que

La forma en que los movimientos están recorriendo sus caminos es ya de por sí un proyecto de sociedad. (...) la forma de caminar los caminos nos está indicando que hay elementos de nueva sociedad en los movimientos. (...) aunque postulo que la forma de caminar es el verdadero “programa” de los movimientos, esa forma de caminar no es un modelo aplicable a todos en todas partes (ZIBECHI, 2007: 96).

Territórios de resistência subalterna

Como podemos relacionar resistência e espaço geográfico, resistência e território ou territorialidade? A resistência constrói espaços próprios? As diversas formas de resistência implicam em que formas de des-re-territorialização? De que modo a resistência se torna geográfica, constrói e/ou constitui geografias, territórios e territorialidades? Infelizmente, se tem dado muito mais ênfase ao poder que à resistência na definição e nos estudos geográficos do território e da territorialidade.

Pile (1997, p. 2) procurou deslocar o significado de resistência como uma posição implacável ao poder e defendeu que uma vez que “a resistência se opõe ao poder, parece importante ressaltar que os atos de resistência ocorrem através de geografias específicas”, ou seja, existem “geografias de resistência” (geographies of resistance). E, mesmo nesse sentido bastante restrito de resistência como oposição frontal ao poder (que, no caso, é confundido com dominação ou autoridade), “a resistência pode ser mapeada – em parte, porque ela parece ter expressões visíveis (explosões, passeatas, motins, grafites, e assim por diante) e, em parte, porque sempre ocorre num lugar” (PILE, 1997, p. 2).

Assim, entendeu este autor que

(...) quando as geografias de resistência são examinadas, então, novas questões surgem não só sobre as maneiras em que a resistência é geralmente entendida e sobre as expressões geográficas de atos identificáveis de resistência, mas também sobre as formas em que a geografia torna possíveis ou impossíveis certas formas de resistência e sobre as maneiras em que a resistência torna outros espaços – outras geografias – possíveis ou impossíveis (PILE, 1997: 2, tradução livre).¹⁴

A resistência não apenas se manifesta no espaço ou utiliza os espaços existentes. A geografia torna possível/visível determinadas formas e forças espaciais de resistência, e a resistência produz e torna possíveis outros espaços geográficos. Esta relação entre resistência, espaço e lugar também foi enfatizada, ainda que de outro modo, por Oslender (2007, p. 10): “Las múltiples formas em que estas resistencias están articuladas también dependen del lugar em que se forman y están informados por las experiencias cotidianas de vivir en lugar específico”.

A resistência não apenas usa, utiliza, recorre a espaços existentes, mas produz seus próprios espaços, suas geografias,

¹⁴ No original: “(...) when geographies of resistance are examined then new questions arise not only about the ways in which resistance is to be understood and about the geographical expressions of identifiable acts of resistance, but also about the ways in which geography makes possible or impossible certain forms of resistance and about the ways in which resistance makes other spaces – other geographies – possible or impossible”.

assim como a geografia produz ou possibilita diferentes formas de resistência, à medida que estas não podem prescindir de espaços para ocorrerem, permanecerem e obterem algum êxito em relação antagônica às formas de dominação que também produzem, usam e se materializam em espaços geográficos específicos.

Isso em si mesmo desestabiliza as discussões de resistência que a vêem como o resultado inevitável da dominação, já que o poder – seja concebido como opressão, autoridade ou capacidade, ou mesmo resistência – se estende através da geografia, pode em pouco tempo se tornar irregular, fragmentário e inconsistente (PILE, 1997: 2, tradução livre).¹⁵

Pile (1997), assim, enfatizou que se a resistência não é simplesmente o outro lado do poder (visto como opressão, autoridade ou capacidade), não é uma simples resposta ou reação aos atos de dominação, de certo modo condicionada por estes. As geografias de resistência nunca são simplesmente formas de resistência espaciais que espelham, de modo invertido, as formas espaciais de dominação – uma imagem invertida ou contrária do mapa traçado pela dominação.

Assim, quando existem diferentes formas de controle que funcionam através de geografias distintas, geografias de resistência não são necessariamente (ou mesmo nunca) geografias espelhos de dominação, como sua imagem invertida ou contrária ou o avesso do mapa do mundo (PILE, 1997: 2, tradução livre).¹⁶

Oslender (2007), no entanto, concebeu que existe muito mais uma relação dialética e espacializada entre dominação e resistência, referindo-se ao modo como esta foi definida por

¹⁵ No original: “This in itself unsettles discussions of resistance that see it as the inevitable outcome of domination, since power – whether conceived of as oppression or authority or capacity or even resistance – spread through geography can soon become uneven, fragmentary and inconsistent”.

¹⁶ No original: “So, while there are different forms of control that work through distinct geographies, geographies of resistance do not necessarily (or even ever) mirror geographies of domination, as an upside-down or back-to-front or face-down map of the world.”

Routledge (1997): “La resistencia no es autónoma, pero siempre es percibida y actuada en relación con prácticas de dominación, explotación y/o sujeción” (p. 12). O que Pile (1997) defendeu, por outro lado e de outro modo, a partir de uma compreensão mais complexa da relação entre resistência e espaço, foi que, analiticamente, não podemos subordinar as práticas e formas diversas de resistência à dominação, tomando estas sempre como respostas, reações, enfrentamentos diretos à dominação.

As geografias da resistência permitem desvincular a resistência da dominação, pois como existem espacialidades próprias da dominação, também existem espacialidades próprias da resistência, que não são simplesmente respostas, reações ou oposições às espacialidades da dominação.

Isso não quer dizer que a dominação e a resistência não têm nada a ver uma com a outra, mas que existem modalidades espacializadas distintas de controle, e que a resistência pode ter suas próprias espacialidades – e que isso se torna muito mais claro, uma vez que dominação e resistência são deslocadas e compreendidas geograficamente (PILE, 1997: 2, tradução livre).¹⁷

A introdução da geografia no debate da resistência nos permite reconsiderar, deslocar e questionar esse presumível enlace entre resistência e dominação numa espécie de dança da morte, “cada uma lutando para dominar os passos da dança, a cada passo antecipando e espelhando os movimentos do outro, mas também não podendo se soltar uma da outra” (PILE, 1993, p. 2, tradução livre) – o que não é realmente uma dança, mas uma luta. Muito pelo contrário,

(...) geografias da resistência mostram que as pessoas estão posicionadas de forma diferente em múltiplas e desiguais relações de poder, que pessoas mais e menos poderosas atuam na constituição do desdobramento de relações de autoridade, significado e identidade, que essas atividades são

¹⁷ No original: “This is not to say that domination and resistance have nothing to do with one another, but that there are distinct spatialised modalities of control, and that resistance might have its own spacialities – and that this becomes much clearer once domination and resistance are dislocated and understood geographically.”

contingentes, ambíguas e problematicamente situadas, mas que a resistência pretende ocupar, implementar e criar espacialidades alternativas daquelas definidas pela opressão e exploração (PILE, 1997: 2-3, tradução livre).¹⁸

Quando levamos em consideração a geografia na análise da resistência, sua definição restrita (como simples resposta ou reação às formas de dominação) se torna problemática, já que temos que considerar as múltiplas e desiguais posições dos agentes nas relações de poder. Desse modo, a resistência tem como característica espacial ocupar, implementar e criar espacialidades que potencialmente se apresentam como alternativas (e não só opostas, contrapostas) às espacialidades que são criadas pelas formas/forças de dominação existentes.

A resistência não se limita a ocupar os espaços que lhes são definidos e delimitados pela dominação, os espaços que lhes são autorizados ocupar. Um dos efeitos perversos da dominação é fazer com que se entendam como resistência apenas as ações daqueles que parecem se opor diretamente à autoridade, que se manifestam onde a dominação falha e a resistência pode ser vista claramente (PILE, 1997, p. 3, tradução livre).¹⁹ Assim, “a partir desta perspectiva [das geografias da resistência], a resistência torna-se um modo através do qual os sintomas de diferentes relações de poder são diagnosticados e são procuradas as formas para contorná-las, ou viver através delas, ou alterá-las” (PILE, 1997, p. 3, tradução livre).²⁰

¹⁸ No original: “(...) Geographies of Resistance shows that people are positioned differently in unequal and multiple power relationships, that more and less powerful people are active in the constitution of unfolding relationships of authority, meaning and identity, that these activities are contingent, ambiguous and awkwardly situated, but that resistance seeks to occupy, deploy and create alternative spatialities from those defined through oppression and exploitation.”

¹⁹ No original: “Nevertheless, these spatial practices of oppression do not mean that resistance is forever confined to the authorised spaces of domination. Indeed, one of authority’s most insidious effects may well be to confine definitions of resistance to only those appear to oppose it directly, in the open, where it can be made and seen to fail.”

²⁰ No original: “From this perspective, resistance becomes a mode through which the symptoms of different power relations are diagnosed and ways are sought to get round them, or live through them, or to change them.”

Para Pile (1997), devemos entender a resistência onde ela ocorre, e não mediante teorias abstratas sobre mecanismos, estratégias e tecnologias de dominação:

Assim, não é mais suficiente assumir que a resistência surge de subjetividades políticas inatas que são oprimidas e têm um interesse natural em superar a situação. Em vez disso, subjetividades políticas resistentes são constituídas através de tomadas de posição não só em relação à autoridade (...), mas também através de experiências que não são tão rapidamente rotuladas de “poder”, como o desejo e a raiva, a capacidade e a habilidade, a alegria e o medo, o sonhar e o esquecer (PILE, 1997: 3, tradução livre).²¹

O que se questiona ou procura se problematizar com as geografias da resistência é uma concepção enganosa de que “a resistência é auto-evidente, que a geografia é um pano de fundo inerte, fixo, isotrópico para as coisas da política e da história, e que a relação entre geografias de dominação e geografias de resistência é tão simples como a relação entre um martelo e um prego” (PILE, 1997, p. 4, tradução livre)²². Por isso, Pile entendeu que “a resistência pode envolver a resistência a qualquer tipo de mudança” (p. 4), e tanto pode acontecer de haver a resistência à política progressista e radical quanto aquela que visa à transformação social. Assim, também para Oslender (2007, p. 3), como não há uma só lógica de práticas sociais e ações coletivas, “*algunas resistencias refuerzan estructuras existentes de dominación y sujeición*”. Ou, como observaram Hardt e Negri (2004, p. 116), “as formas de dominação e autoridade contra as

²¹ No original: “Thus, it is no longer sufficient to assume that resistance arises from innate political subjectivities which are oppressed have a natural interest in over-turning the situation. Instead, resistant political subjectivities are constituted through positions taken up not only in relation to authority – which may well leave people in awkward, ambivalent, down-right contradictory and dangerous places – but also through experiences which are not so quickly labeled ‘power’, such as desire and anger, capacity and ability, happiness and fear, dreaming and forgetting.”

²² No original: “(...) resistance is self-evident, that geography is an inert, fixed, isotropic back-drop to the stuff of politics and history, and that the relationship between geographies of domination and geographies of resistance is as simple as that between a hammer and a nail.”

quais lutamos permanentemente reaparecem nos próprios movimentos de resistência”. Dessa maneira,

es importante entonces tener en cuenta el posible carácter reaccionario de algunas resistencias. Por ambiguas, diferentes y múltiples que sean, les es común a todas las resistencias y a todas las prácticas sociales, que están actuadas y mediadas en el terreno del espacio y tiempo. La implicación de tal planteamiento es que ambos conceptos son esencialmente políticos en la forma en que las prácticas sociales están inscritas y enmarcadas en ellos (OSLENDER, 2007: 3).

Como vimos, em geral, a resistência é compreendida como uma resposta de um determinado grupo à dominação de outro, ou como uma reação de um grupo social a determinadas mudanças que se lhes opõem externamente. Mas, de fato, ao considerarmos a resistência por intermédio da geografia (do espaço geográfico), a perspectiva reativa da resistência se desfaz.

Oslender (2007, p. 5) buscou, nas formulações teóricas de Lefebvre sobre a produção do espaço, elementos para o projeto de “espacializar resistências”. Tal como Foucault, o interesse de Lefebvre pela história do corpo humano e pelos regimes de poder moderno que disciplinam o corpo refletiu-se em seu interesse em analisar resistências. Assim, de acordo com Oslender, Lefebvre

(...) considera al espacio como un producto del cuerpo humano, y como tal él se vuelve un lugar de resistencia en su capacidad corporal de producir espacio y devolver el poder a la vida cotidiana. El espacio entonces nos es directamente impuesto sobre el cuerpo, no es concebido en forma pasiva, sino activamente percibido por actores sociales capaces y conscientes. Es dentro de estos espacios percibidos que se puede localizar a las resistencias (OSLENDER, 2007: 5).

Esta relação espaço e poder, espaço e corpo, possibilita situar a resistência como um processo da prática social da produção corporal cotidiana do espaço. As práticas de resistência seriam, então, práticas espaciais cotidianas de produção do espaço por meio do corpo. Considerando, assim, os três momentos articulados da produção do espaço de Lefebvre – as práticas

espaciais (o espaço percebido), as representações do espaço (o espaço concebido) e o espaço das representações (o espaço vivido) –, Oslender (2007, p. 5) entendeu que as práticas espaciais, por estarem intimamente vinculadas com as experiências da vida cotidiana e as memórias de formas de vida diferentes, carregam consigo um potencial para resistir à “colonização” dos espaços concretos.

Oslender (2007, p. 5), ao destacar as várias formas de resistência construídas pelas fragmentações de identidade de classe, de raça, de etnicidade, de gênero, de sexualidade etc. (e as formas como estas colocam desafios às representações dominantes do espaço), compreendeu, assim, as multiplicidades de resistências como uma política concreta de espaço. Desse modo, afirmou que Lefebvre situava as resistências nos espaços de representação (vivido), espaços cotidianos que o filósofo francês chamava de “sítios de resistência”:

La vida cotidiana es afectada por estos procesos en que es un espacio enmarcado, restringido y colonizado en diferentes niveles por la comodificación y el territorio del estado. Ella misma es entonces un producto de la modernidad. Hasta qué punto lo cotidiano está marcado en estos procesos, depende en parte de las relaciones sociales, económicas y culturales que siempre están localizadas en la noción de “lugar” (OSLENDER, 2007: 6).

Este autor considerou importante, portanto, reconhecer a grande variedade de rastros, sinais (*huellas*) e memórias das práticas espaciais que estão relativamente pouco influenciadas pela modernidade e que nutrem os múltiplos imaginários de resistências. A modernidade e a colonização, nos sentidos usados por Lefebvre, bem como as práticas espaciais e as representações espaciais dominantes no capitalismo, são assim espacialmente contestadas ou passíveis de contestação por meio de práticas espaciais cotidianas (espaços de representações) em que se realizam diferentes formas de resistência. Assim, as estruturas que produzem representações dominantes do espaço e que estão reproduzidas por elas assinalam o potencial dos atores sociais de

subverterem estas mesmas estruturas. O “espaço diferencial” é um “espaço de resistência” como resultado do caráter dialético das relações entre estruturas e agência (OSLENDER, 2007, p. 7).

Oslender (2007, p. 8) situou também a resistência na relação entre o global e o local, pois o global não se impõe sobre o local, mas neste encontra várias formas de resistências, frequentemente articuladas por movimentos sociais. Desse modo, a resistência também envolve a relação entre o Estado e os movimentos sociais, uma relação dialética de dominação e resistência: “La resistencia no existe autónoma de las relaciones de dominación y/o sujeción, y siempre habrá resistencias, considerando el carácter esencialmente antagónico de las sociedades” (OSLENDER, 2007, p. 10).

Para Oslender (2007), a relação entre espaço e resistência tem a ver com: a) a relação do poder com o espaço geográfico, a relação da estrutura (dominante) e a agência (potencial de resistência), ou seja, sendo o espaço essencialmente político, a resistência se faz no/por meio do espaço desigual, conflitiva e contraditoriamente produzido; b) a relação do corpo e do cotidiano com a produção do espaço, baseado na noção de Lefebvre de práticas espaciais, representação do espaço e espaço da representação; a resistência se constitui, então, como práticas espaciais cotidianas; c) a relação do Estado com os movimentos sociais, no sentido de que dominação e resistência coexistem dialeticamente; e d) a relação do global com o local, ou seja, o global não se impõe ao local sem que haja resistência; o lugar implica em resistência a processos externos que são, geralmente, globais. Assim, as diferenças de lugar são importantes na aceitação, na mediação ou na resistência frente aos processos de globalização (OSLENDER, 2007).

Desse modo, espaço e lugar são considerados por Oslender não como simples metáforas, mas como “terrenos específicos en que se manifiestan las múltiples relaciones de poder en formas específicas de dominación y resistencia” (p. 17). Para este autor,

“en el espacio se brinda el potencial de desafiar y subvertir el poder dominante, y por eso forma parte esencial de una política de resistencia” (OSLENDER, 2007, p. 17). Sendo que

una sensibilidad frente a lugares particulares de resistencia implica el reconocimiento de la intencionalidad de sujetos históricos, la naturaleza subjetiva de las percepciones, imaginaciones y experiencias en contextos espaciales dinámicos, y cómo los espacios están transformados en lugares llenos de significados culturales, memoria e identidad (ROUTLEDGE 1996 apud Oslender, 2007: 18).

A ênfase de Oslender foi posta na importância da vida cotidiana, por intermédio do lugar, como espaço de resistência. Tal como Pile (1997) ao propor “geografias de resistência”, Oslender também utilizou o conceito de Routledge (1993) de “terreno de resistência” para dar ênfase à centralidade estratégica que assume o lugar na análise de movimentos sociais. Terreno de resistência compreende “el terreno geográfico concreto y material en que las resistencias están articuladas y actuadas como experiencias activamente vividas” (OSLENDER, 2007, p. 12). Não se trata apenas de um espaço material onde se situam as lutas de resistência, mas de um espaço articulado e significado:

Un terreno de resistencia se refiere a estos lugares donde la lucha está activamente articulada por los oprimidos, y no una metáfora que define los oprimidos donde y cómo las luchas deberían llevarse a cabo..., un sitio de contestación dentro de creencias diferentes, valores y objetivos que está específicos de un lugar (OSLENDER, 2007: 12).

Assim, a resistência se apresenta por meio de diferentes estratégias e táticas territoriais, ²³ linhas de fuga e desterritorialização (em particular, a resistência de grupos sociais subalternos), como a resistência cotidiana de camponeses investigada por Scott (2002; 2004; 2011).²⁴ Estratégias territoriais

²³ Certeau (2014) fez uma distinção interessante entre tática e estratégia, que importa na compreensão geográfica da resistência. No entanto, compreendemos que a resistência/r-existência de grupos sociais podem se configurar em táticas como também em estratégias (SCOTT, 2002; FOUCAULT, 2012).

²⁴ “O que falta à abordagem da passividade ‘normal’ é a lenta, subterrânea e calma luta contra os aluguéis, as colheitas, o trabalho e os impostos, nos quais a

são modalidades de práticas socioespaciais ou apenas práticas espaciais (SOUZA, 2013) que formam as ações estratégicas constitutivas do processo de territorialização dos diferentes grupos sociais. Existe uma multiplicidade de práticas socioespaciais que constituem o processo de territorialização dos agentes sociais, algumas destas são estratégicas. Um conjunto mais ou menos coerente ou coordenado de estratégias territoriais constitui o que podemos chamar de “exercício espacial do poder” e/ou da resistência, dentro de uma sociedade ou grupo social, em determinado período de tempo e em determinado espaço. Quando as estratégias territoriais se articulam, no exercício espacial do poder/resistência, o fazem por meio de “tecnologias do poder”, com dispositivos estratégicos territoriais.

As práticas socioespaciais (SOUZA, 2013) que produzem as territorialidades dos diferentes grupos sociais se constituem de estratégias que são reciprocamente antagônicas, mas nem por isso necessariamente contraditórias. A estratégica, compreendida pela lógica do antagonismo, é bem marcada pela analítica do poder, de Foucault (2012). A territorialidade de um grupo social não permanece a mesma, ainda que o espaço que este ocupe seja o “mesmo” (SACK, 1986). Isto não ocorre apenas por causa das alterações históricas de apropriações e uso de recursos e lugares, mas também porque as tecnologias de poder não permanecem as mesmas.

A noção de estratégia de Certeau (2004) estava muito próxima do sentido que Foucault conferiu a este termo, mas, neste, a estratégia estava tanto do lado da dominação quanto da resistência: “dominação se organiza em estratégia mais ou menos coerente e unitária” sendo que “os procedimentos dispersados, heteromorfos e locais de poder são reajustados, reforçados, transformados por essas estratégias globais e tudo isso com numerosos fenômenos de inércia, de intervalos, de resistência”

submissão não passou de uma cena – de uma tática necessária” (SCOTT, 2002, p. 14). Esta encenação da submissão é uma espécie de “cumplicidade subversiva”.

(FOUCAULT, 2012, p. 249). Por isso, Foucault (2012, p. 244) insistiu que a resistência é tal como o poder: múltipla e integrável a estratégias globais. Pois “essas estratégias são o alicerce obstinado sob o qual outras formas de resistência devem crescer, e tendem a persistir após outras formas de resistir terem falhado, ou após produzir-se, por sua vez, um novo padrão de desigualdade” (SCOTT, 2002, p. 24).

Foucault (2012, p. 250) não compreendia como dialética esta relação entre poder e resistência: “Em todo caso, é preciso pensar a luta, suas formas, seus objetivos, seus meios, seus processos, segundo uma lógica que será liberada de coações esterilizantes da dialética”. Pois seria em contrapartida à “forma lógica da contradição” que se apresentava o pensamento da estratégia em termos das escalas privilegiadas da ação política (FOUCAULT, 2012, p. 250). Foucault pensou essa relação em termos de antagonismo, mediante uma lógica antagônica, sendo que seria possível também a construção de estratégias de resistência, ou seja, a compreensão das ações estratégicas como prática de resistência. Por isso, afirmou que “penso que é muito importante compreender que a luta, os processos antagonistas não constituem, tal como o ponto de vista dialético pressupõe, uma contradição no sentido lógico do termo” (FOUCAULT, 2012, p. 260). Nesse sentido, enfatizou: “E me parece que a lógica dialética é verdadeiramente muito pobre – de um uso fácil, mas verdadeiramente pobre – para quem almeja formular, em termos precisos, significações, descrições e análises dos processos de poder” (FOUCAULT, 2012, p. 261) e resistência. Em relação ao espaço, a lógica dialética também impõe limites à compreensão da resistência, se vista, por exemplo, como mera reação às formas de dominação.

A resistência, ao mesmo tempo em que se define e é pensada antagonicamente em relação ao poder, não pode ser subsumida totalmente por esta relação, pois

(...) há sempre, com certeza, alguma coisa no corpo social, nas classes, nos grupos, nos próprios indivíduos que escapa, de uma certa maneira, às relações de poder; alguma coisa que não é a matéria primeira mais ou menos dócil ou recalcitrante, mas que é o movimento centrífugo, a energia inversa, a escapada (FOUCAULT, 2012: 244).

Essa “alguma coisa” é a resistência. A resistência tem a mesma multiplicidade que o poder. A resistência, assim, no pensamento de Foucault, apresenta-se nas relações de poder como um diferencial de forças irruptivas capaz de provocar mudanças:

O poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos: a família, a vida sexual, a maneira como se trata os loucos, a exclusão dos homossexuais, as relações entre os homens e as mulheres... todas essas relações são relações políticas. Só podemos mudar a sociedade sob a condição de mudar essas relações (FOUCAULT, 2012: 262).

Relações estas que são espaciais, que constituem o espaço geográfico. Assim, as resistências não são apenas resultado ou condição de mudanças nas relações de poder; são as resistências que engendram, produzem, promovem, provocam mudanças nas relações de poder, desde os níveis/escalas da micropolítica.

As geografias das resistências/r-existências descoloniais

Na atual configuração do mundo moderno-colonial, as resistências estão sempre *envolvidas em e são constitutivas de* práticas territoriais, no sentido das “geografias das resistências”, de Pile (1997), e das “espacialidades da resistência”, de Oslender (2007). Estas práticas territoriais de resistência, principalmente as “formas cotidianas de resistências” (SCOTT, 2002), apresentam-se como estratégias e táticas descoloniais, ou seja, são mais que resistência: devemos compreendê-las como r-existência (PORTO-GONÇALVES, 2006).

(...) la retórica salvacionista de modernidad y modernización es inseparable de la lógica imperial de colonialidad. Frente a esta realidad histórica hay varias opciones: adaptarse y asimilarse; resistir y estar

contra o re-existir, esto es, trabajar crítica y creativamente junto a procesos globales hoy en marcha de descolonización epistémica, esto es, de descolonialidad (MIGNOLO, 2007: 1, grifos nossos).

Portanto, a descolonialidade é resistir/r-existir à retórica da modernidade e à lógica da colonialidade como processos globais, por meio basicamente de estratégias de descolonização epistémica. Desse modo, a resistência descolonial tem se apresentado histórica e geograficamente muito mais como r-existência do que como resistência, em termos epistêmicos, políticos, econômicos, culturais e geográficos.

Grosfoguel e Mignolo (2008) reafirmaram essa ideia de uma resistência descolonial como r-existência:

De modo que cuando decimos “descolonialidad” y por ello significamos el tercer término del complejo modernidad/colonialidad/descolonialidad, estamos significando un tipo de actividad (pensamiento, giro, opción), de *enfrentamiento* a la retórica de la modernidad y la lógica de la colonialidad. Ese enfrentamiento no es sólo resistencia sino re-existencia, en el sentido del pensador, artista y activista colombiano Adolfo Albán Achinte (GROSFUGUEL e MIGNOLO, 2008: 34, grifo nosso).

As noções de “giro descolonial”, “opção descolonial”, “pensamento descolonial”, “atitude descolonial” ou simplesmente “descolonialidade” permitem compreender de outro modo as diferentes formas de resistência e r-existência como enfrentamento à modernidade/colonialidade, bem como as espacialidades constitutivas destas. Para Grosfoguel e Mignolo, o conceito de descolonialidade

remite a la variedad de *respuestas* que se han dado a través de los siglos y en distintos continentes, al proceso de formación y consolidación de “Occidente” (una formación epistémica que surgió al norte del Mediterráneo y se consolidó en el Atlántico) y su expansión alrededor del globo (GROSFUGUEL E MIGNOLO, 2008: 31, grifo nosso).

Assim, para esses autores, “pensamiento descolonial”, ‘giro descolonial’ y ‘opción descolonial’. Cada una de estas expresiones subraya distintos aspectos de la ‘descolonialidad’ y

remiten a distintos y singulares universos de discurso” (p. 33).
Portanto,

“el turno descolonial”, en el sentido de “llegó el turno al pensamiento descolonial” puede verterse en la expresión “opción descolonial”. La opción descolonial significa entonces que “el turno descolonial” es una opción. Por otra parte, esta opción no se entiende sin relación con el “pensamiento descolonial” y al “giro descolonial” en relación a otras opciones en relación a las cuales “el giro” tiene sentido (GROSGUÉL e MIGNOLO, 2008: 33).

A resignificação atual da noção de “descolonização” nos impele, de igual modo, a considerar os múltiplos significados geográficos que o conceito de resistência/r-existência adquire em relação à “matriz colonial do poder”, nesse período de “colonialidade global” em que vivemos (CASTRO-GÓMEZ e GROSGUÉL, 2007). Nos textos dos vários autores do coletivo modernidade/colonialidade/descolonialidade (MCD), o termo descolonialidade (opção, giro, pensamento, atitude descolonial) adquire alguns sentidos que nos possibilitam considerar como estratégias e táticas descoloniais são práticas socioespaciais ou territoriais de resistência/r-existência:

1. a descolonialidade se define em relação à colonialidade do poder, não apenas como um “fora”, mas a partir do seu interior;
2. a noção de “opção” descolonial já indica que não se trata de um contra, mas justamente de uma opção, entre outras;
3. a descolonialidade é muito mais que resistência: apresenta-se como r-existência ou “cumplicidade subversiva”;
4. a descolonialidade é uma resposta, um enfrentamento, e pressupõe um desprendimento²⁵ em relação à retórica da modernidade e à lógica da colonialidade;

²⁵ Mignolo (2008a, p. 51), que tomou esse termo emprestado de Quijano, afirmou que “el ‘desprendimiento’ implica imaginar formas de organización social montadas sobre teorías políticas y económicas pensadas a partir de historias, experiencias, subjetividades y necesidades de países, regiones y gentes que habitan las regiones ex-colonizadas del globo.”

5. a descolonialidade implica na superação das múltiplas hierarquias do mundo moderno-colonial;
6. a descolonialidade envolve a construção de epistemes fronteiriças, novas formas de vida e novos horizontes de sentidos surgidos nas fraturas, nas feridas coloniais;
7. a descolonialidade não diz respeito apenas a uma descolonização epistêmica e institucional, mas envolve a construção de novas práticas e formas de vida;²⁶
8. a descolonialidade é um processo em que a geopolítica e a corpolítica do conhecimento estão implicadas, portanto, geografias de resistência/r-existência.

Castro-Gómez e Grosfoguel observaram que foi Maldonado-Torres (2006) quem propôs a noção de descolonialidade, utilizada em um sentido de giro descolonial, que completaria a categoria descolonização. O conceito de descolonialidade “resulta útil para trascender la suposición de ciertos discursos académicos y políticos, según la cual, con el fin de las administraciones coloniales y la formación de los Estados-nación en la periferia, vivimos ahora en un mundo descolonizado y pós-colonial” (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOQUEL, 2007, p. 13). O processo de descolonização não está completo, ou seja, “una implicación fundamental de la noción de “colonialidad del poder” es que el mundo no ha sido completamente descolonizado” (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOQUEL, 2007, p. 17).

Disseminou-se entre nós, em particular na América Latina, a ideia de que era preciso completar o processo de modernização para que os países desta região superassem a condição de subdesenvolvidos. De fato, o que se coloca como urgência política é completar o processo de descolonização,

²⁶ “Pensamento descolonial significa também o fazer descolonial, já que a distinção moderna entre teoria e prática não se aplica quando você entra no campo do pensamento da fronteira e nos projetos descoloniais” (MIGNOLO, 2008b, p. 290-1).

transcendendo a retórica da modernidade e a lógica da colonialidade (MIGNOLO, 2008a; 2008b; 2010),²⁷ pois

(...) la división internacional del trabajo entre centros y periferias, así como la jerarquización étnico-racial de las poblaciones, formada durante varios siglos de expansión colonial europea, no se transformó significativamente con el fin del colonialismo y la formación de los Estados-nación en la periferia (CASTRO-GÓMEZ e GROSFUGUEL, 2007: 13).

Mignolo (2007) explicou como o termo descolonização teve o seu significado transformado, desde o século XVIII e XIX, quando significava revolução e independência política de colônias europeias (o mesmo sentido que adquiriu com os processos de descolonização na África e na Ásia, a partir de meados do século XX). Também nesses espaços-tempos, o “colonialismo interno” das elites crioulas substituiu o colonialismo externo. No final do século XX, os movimentos de descolonização foram suplantados pelo processo de globalização neoliberal, que instaurou a “colonialidade global”. Mignolo observou que “el segundo contexto en el que se empleó el término “descolonización” durante la guerra fría fue el epistémico”, por isso “descolonizar la educación, el estado, la economía presupone habitar y pensar en los bordes del horizonte totalitario del Eurocentrismo” (MIGNOLO, 2007, p. 1). Portanto, a descolonialidade envolve a construção de novas territorialidades, em enfrentamento e desprendimento das territorialidades moderno-coloniais hierarquizadas, tanto no nível da divisão internacional do trabalho no capitalismo quanto no nível das relações de classe, etnorraciais e de gênero.

Além dessa concepção da resistência descolonial como existência em relação à matriz colonial de poder, o giro descolonial

²⁷ “(...) el desenganche (la desconexión) del fundamentalismo eurocéntrico, esto es, el pensar y actuar descolonial hacia un proyecto trans-moderno (no posmoderno ni posestructuralista pues se trata de un más allá de la modernidad/colonialidad) anti-capitalista como culminación del proyecto inconcluso e inacabado de la descolonización” (GROSFUGUEL E MIGNOLO, 2008, p. 36).

significa, antes de tudo, desprendimento da lógica da colonialidade e da retórica da modernidade. Desse modo,

(...) descolonizar significa entonces descolonizar la retórica de la modernidad que esconde la lógica de la colonialidad; descolonizar implicar trabajar en cada uno de las esferas, y en las relaciones que mantienen entre ellas en los procesos de manejo y control imperial de la colonialidad. De modo que *el sentido de opción descolonial, pensamiento descolonial y descolonialidad sólo tiene sentido en confrontación con y desprendimiento de la matriz colonial de poder* (MIGNOLO, 2008a: 14, grifo nosso).

Descolonial tem um sentido preciso em relação à modernidade/colonialidade como matriz de poder do sistema-mundo capitalista ocidental:

Descolonização, ou melhor, descolonialidade significa, ao mesmo tempo: a) desvelar a lógica da colonialidade e da reprodução da matriz colonial do poder (que, é claro, significa uma economia capitalista); e b) desconectar-se dos efeitos totalitários das subjetividades e categorias de pensamento ocidentais (MIGNOLO, 2008: 313).

A resistência descolonial, como toda forma de resistência, está implicada nesse jogo entre interioridade e exterioridade em relação à modernidade/colonialidade.

Descolonial significa pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói, erige um exterior a fim de assegurar sua interioridade. (...) Descolonial implica pensar a partir das línguas e das categorias de pensamento não incluídas nos fundamentos dos pensamentos ocidentais (MIGNOLO, 2008: 304).

Esse pensar/atuar a partir de uma exterioridade que cria, constrói e erige um exterior a fim de assegurar a interioridade é característico da resistência descolonial.

La decolonialidad parte de un posicionamiento de exterioridad por la misma relación modernidad/colonialidad, pero también por las violencias raciales, sociales, epistémicas

y existenciales vividas como parte central de ella. La decolonialidad encuentra su razón en los esfuerzos de confrontar desde “lo propio” y desde lógicas-otras y pensamientos-otros a la deshumanización, el racismo y la racialización, y la negación y destrucción de los campos-otros del saber. Por eso, su meta no es la incorporación o la superación (tampoco simplemente la resistencia), sino la reconstrucción radical de seres, del poder y saber, es decir, la creación de condiciones radicalmente diferentes de existencia, conocimiento y del poder que podrían contribuir a la fabricación de sociedades distintas (WASH, 2010: 24).

O que envolveria a construção de novos/outros espaços, lugares e territórios a partir da resistência/r-existência decolonial. Assim,

(...) há muitas *exterioridades*, quer dizer, o *exterior construído a partir do interior para limpar e manter seu espaço imperial*. É da exterioridade, das exterioridades pluriversais que circundam a modernidade imperial ocidental (quer dizer, grego, latino etc.) que as opções descoloniais se reposicionaram e emergiram com força (MIGNOLO, 2005b: 291, grifos nossos).

Ao combater/confrontar e desprender-se dessas múltiplas hierarquias, é preciso, então, levar adiante uma segunda descolonização, compreendida como um giro decolonial.

(...) la segunda descolonialización – a la cual nosotros aludimos con la categoría *decolonialidad* – tendrá que dirigirse a la heterarquía de las múltiples relaciones raciales, étnicas, sexuales, epistémicas, económicas y de género que la primera descolonialización dejó intactas (CASTRO-GÓMEZ e GROSFUGUEL, 2007: 17).

Mas o que são essas heterarquias em relação às quais se mobiliza, epistêmica e politicamente, a noção de giro decolonial? De acordo com Castro-Gómez e Grosfoguel,

las heterarquías son estructuras complejas en las que no existe un nivel básico que gobierna sobre los demás, sino que todos los niveles ejercen algún grado de influencia mutua en diferentes aspectos particulares y atendiendo a coyunturas

históricas específicas (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOUEL, 2007: 18).

Assim, a hierarquia racial/étnica assume, no mundo contemporâneo, um papel central na construção da modernidade/colonialidade: “La construcción de la jerarquía racial/étnica global fue simultánea y contemporánea espaciotemporalmente con la constitución de una división internacional del trabajo organizada en relaciones centro-periferia a escala mundial” (p. 19).

A categoria da descolonialidade implica numa luta epistêmica, em primeiro lugar, dado que a hierarquização das formas de conhecimento “(...) en muchas áreas de la vida fue un aspecto importante de la colonialidad del poder en el sistema-mundo. Los conocimientos subalternos fueron excluidos, omitidos, silenciados e ignorados” (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOUEL, 2007, p. 20). Assim, compreende-se que “a opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento” (MIGNOLO, 2008b, p. 290).

A descolonialidade remete, assim, à construção histórica, social, geográfica, cultural e política de uma “outredade epistêmica”, a partir da qual se construíram diversas formas de resistência:

La ‘otredad epistémica’ de la que hablamos no debe ser entendida como una exterioridad absoluta que irrumpe, sino como aquella que se ubica en la intersección de lo tradicional y lo moderno. Son formas de conocimiento intersticiales, ‘híbridas’, pero no en el sentido tradicional de sincretismo o ‘mestizaje’, y tampoco en el sentido dado por Néstor García Canclini a esta categoría, sino en el sentido de ‘complicidad subversiva’ con el sistema. Nos referimos a una resistencia semiótica capaz de resignificar las formas hegemónicas de conocimiento desde el punto de vista de la racionalidad posteurocéntrica de las subjetividades subalternas (...) (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOUEL, 2007: 20).

A “cumplicidade subversiva” com as estruturas de poder moderno-coloniais de muitos grupos sociais subalternizados implica em várias formas de resistência/r-existência no campo da

produção da subjetividade e do conhecimento. As formas como os saberes/conhecimentos subalternos são construídos constituem as epistemes de fronteira: “Estas “epistemes de frontera” (...) constituyen una crítica implícita de la modernidad, a partir de las experiencias geopolíticas y las memorias de la colonialidad” (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOUEL, 2007, p. 20). “Contra” a geopolítica do conhecimento que impôs ao mundo a superioridade do conhecimento europeu constitui-se, com estas epistemes de fronteira implicadas no giro descolonial, uma corpo-política do conhecimento.

O corpo, também em relação ao conhecimento, se apresenta como um potencial de resistência: “Todo conocimiento posible se encuentra in-corporado, encarnado en sujetos atravesados por contradicciones sociales, vinculados a luchas concretas, enraizados en puntos específicos de observación (...)” (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOUEL, 2007, p. 21). Assim, seria preciso “un ‘giro decolonial’, no sólo de las ciencias sociales, sino también de otras instituciones modernas como el derecho, la universidad, el arte, la política y los intelectuales” (p. 21). Como também é preciso um giro descolonial espacial, geográfico, territorial.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A promessa da política*. 2ª ed. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

_____. *A condição humana*. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. “Los avatares de la crítica decolonial.” Entrevista a Santiago Castro-Gómez. In: *Tabula Rasa*, nº 16, p. 213-230, Bogotá – Colombia, enero-junio 2012. Disponível em: <<http://www.revistatabularasa.org/numero-16/11entrevista-castro.pdf>> Acesso: mar./ 2013.

_____. e GROSGOUEL, Ramón. “[Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico](#).” In:

CASTRO-GÓMEZ, S. e GROSGUÉL, R. (eds.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, pp. 9-23, 2007.

CERTAÚ, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 21 ed. Trad. Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. V. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DUSSEL, Henrique. “Europa, modernidade, egocentrismo.” In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ESCOBAR, Arturo. *Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes*. Trad. Eduardo Restrepo. Bogotá: Enviñon Editores, 2010.

_____. *Más allá del tercer mundo: globalización y diferencia*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia/Universidad del Cauca, 2005.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25 ed. Organização Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012a.

_____. *Estratégia, poder-saber*. 3 ed. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b (Col. Ditos & Escritos IV).

_____. *Repensar a política*. Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa (organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010 (Col. Ditos & Escritos VI).

_____. “O sujeito e o poder.” In: FREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.

GROSGUÉL, Ramón; GALCERÁN, Montserrat; SUÁREZ-KRABBE, Julia. “Introducción a Foucault y la colonialidad.” In: *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, nº 16, pp. 39-57, enero-junio 2012. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/pdf/396/39624572003.pdf>> Acesso: mar./2013.

_____ e MIGNOLO, W. D. “Intervenciones descoloniales: una breve introducción.” In: *Tabula Rasa*, nº 9, pp. 29-37, julio-diciembre, Bogotá - Colombia, 2008.

_____. “El concepto de “racismo” en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser?” In: *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, nº 16, pp. 79-102, enero-junio 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892012000100006&script=sci_arttext> Acesso: mar./2013.

_____. “La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global.” In: *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, nº 4, pp. 17-48. Enero-junio de 2006.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. “Dilemas de conceitos, espaço-território e contenção territorial.” In: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. (orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, pp. 95-120, 2009.

_____. “Território e multiterritorialidade – um debate.” In: *Geographia*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 17, pp. 19-45, junho de 2007.

_____. “Da desterritorialização à multiterritorialidade”. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina* – Universidade de São Paulo – 20 a 26 de março de 2005.

_____. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. “Identidades territoriais”. In: ROZENDHAL, Z. e CORRÊA, R. L. (orgs.). *Manifestações culturais no espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

_____. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

_____. *RS: latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HOLLOWAY, John. *Fissurar o capitalismo*. Trad. Daniel Cunha. São Paulo: Publisher, 2013.

MATTEUCCI, Nicola. “Resistência”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. da UnB, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 1114-1116.

MIGNOLO, W. D. *Desobediencia epistémica: retórica da modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010 (Colección Razón Política).

_____. “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política.” Trad. Ângela Lopes Norte. In: *Cadernos de Letras UFF – Dossiê: Literatura, Língua e Identidade*, nº 34, p. 287-324, 2008.

_____. “Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos.” In: *Revista GEOgraphia*, ano 7, n. 13, p. 7-28, Niterói, RJ, setembro de 2005a.

_____. “A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade”. In: LANDER, E. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 71-103, 2005b.

_____. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

PILE, Steve; KEITH, Michael. *Geographies of resistance*. London, New York: Library

Congress, 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. “De saberes e de territórios: diversidades e emancipação a partir da experiência latino-americana”. In: *GEOgraphia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, ano VIII, nº 16, p. 41-55, 2006.

_____. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)*. Brasília: IBAMA, 2003.

_____. “A territorialidade seringueira.” In: *GEOgraphia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, ano 1, nº 2, p. 67-88, 1999.

_____. “O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina.” In: *GEOgraphia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, ano IV, nº 8, p. 39-60, dez. 2002.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder e classificação social”. In: MENESES, Maria Paula; SOUSA SANTOS, Boaventura de (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, p. 84-144, 2010.

_____. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.” In: LANDER, E. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Argentina: CLACSO, p. 227-278, 2005.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán, Colômbia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

ROQUE, Tatiana. “Como a matemática poder servir para pensar o estatuto da resistência, mesmo, e sobretudo, quando ela não fala de resistência?” In: COCCO, Giuseppe; PACHECO, Analise e VAZ, Paulo (orgs). *O trabalho da multidão: Império e resistência*. Rio de Janeiro: Gryphus: Museu da República, p. 59-68, 2002.

ROUTLEDGE, P. “Voices of the dammed: discursive resistance amidst erasure in the Narmada Valley, India.” In: *Political Geography*, n. 22, p. 243-270, 2003.

_____. “Critical geopolitics and terrains of resistance.” In: *Political Geography*, v. 15, n. 6/7, p. 509-531, 1996.

_____. “Putting politics in its place: Baliapal, India, as a terrain of resistance.” In: *Political Geography*, n. 11, p. 588-611, 1992.

SACK, Robert. “O significado de territorialidade.” In: DIAS, Leila Christina e FERRARI, Maristela (orgs.). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular, pp. 63-89, 2011.

_____. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SCOTT, James C. *Los dominados e el arte de la resistencia: discursos ocultos*. 1ª reimp. Trad. Jorge Aguillar Mora. México, 2004.

_____. “Exploração normal, resistência normal.” In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5, pp. 217-243, janeiro-julho, Brasília, 2011.

SOBRAL, Simone. “O Império e a resistência.” In: COCCO, Giuseppe; PACHECO, Analise e VAZ, Paulo (orgs). *O trabalho da multidão: Império e resistência*. Rio de Janeiro: Gryphus: Museu da República, p. 27-46, 2002.

ZIBECHI, Raúl. *Autonomías y emancipaciones América Latina en movimiento*. Lima – Peru: Programa Democracia y Transformación Global, p. 67-04, 2007.

_____. *Dispersar el poder*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

_____. “A emancipação como produção de vínculos.” In: CECEÑA, A. E. (org.). *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. São Paulo: Expressão popular, p. 115-140, 2008.